



IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – SENASS
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – 04 a 06 de julho de 2022

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO COMO INSTRUMENTO PARA MANUTENÇÃO DO CAPITAL: SERVIÇO SOCIAL E FEMINISMO

SILVA, Lais Helena¹ Educadora, Graduada em Serviço Social, Rua Porto Seguro, 123
Balneario Atlântico - Ilha Comprida/SP (16) 997858470 laishelenadasilva@yahoo.com.br

SILVA Regiane Heloisa da ², Graduanda em odontologia, Rua 11^a, 827 Rio Claro/SP
(19) 998575443 regianesilva8409@gmail.com

RESUMO

Esse artigo é parte concernente de um movimento extenso de ação política e acadêmica e que visa refletir sobre a construção da sociabilidade da mulher e as relações sociais de sexo a partir da divisão sexual do trabalho dentro da lógica capitalista, sob a ótica feminista e alicerçado no método materialista-histórico – dialético. Este texto se propõe analisar a necessidade basililar que exige a manutenção da divisão sexual do trabalho como ferramenta patriarcal imprescindível para sobrevivência dos pilares do atual modelo socioeconômico, apresentando o desenvolvimento histórico e sua relação atual com a necessidade da discussão prática teórica.

PALAVRAS-CHAVE: divisão sexual do trabalho; feminismo; capitalismo.

INTRODUÇÃO

A escolha do tema proposto surge através da necessidade imprescindível de pensar a socialização das mulheres e a práxis cotidiana na atuação profissional e na formação acadêmica. Parte do processo dialético evidenciar as lutas e sofrimentos causados as mulheres, este que enraíza ódio e submissão com a função de acumular lucro e dominação.

Este trabalho se propõe a discutir teoricamente as contradições e urgências que são basilares para a manutenção do atual sistema social, bem como a divisão social do trabalho, a divisão sexual e racial. Essas divisões de classes, raça e gênero compreendidas como

¹ Vinculação institucional e e-mail.

limitadoras de lugares sociais, contribuem para o alicerçamento do sistema hegemônico social, político, econômico em andamento

O propósito de entender a divisão sexual do trabalho e suas ramificações na construção do cotidiano e de como esta determina e legitima lugares a serem ocupados nas estruturas sociais e com isso desqualificando o potencial das mulheres, traz a ótica feminista marxista para análise, sendo assim possível a compreensão de como a organização coletiva das mulheres se limita a partir da organização sistemática do cumprimento dos papéis de gênero estabelecidos na ordem social.

Posto isso, surgem a possibilidade de desvelar e explicar o motivo da inexistência de trabalhos remunerados com dignidade, da distinção de salários entre homens e mulheres que ocupam os mesmos cargos, da sobrecarga de trabalho, das múltiplas jornadas realizadas pelas mulheres e da desvalorizam destas, dos assédios em ambientes públicos e privados e do alto índice de feminicídio que ocorrem diariamente.

A categoria social violência esta que ocorre com as mulheres, sejam elas burguesas ou proletárias, sendo intensificado quando se trata de mulheres pobres e negras, se produz essencialmente para esse sistema e é reproduzida socialmente pelas massas, atingindo homens e mulheres, contudo de formas dessemelhantes.

DESENVOLVIMENTO

[...] representaria, na minha maneira de entender, a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política. [...] Grande parte da confusão surge porque 'patriarcado' ainda está por ser desvinculado das interpretações patriarcais de seu significado. Até as discussões feministas tendem a permanecer dentro das fronteiras dos debates patriarcais sobre o patriarcado. É urgente que se faça uma história feminista do conceito de patriarcado. Abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada. (PATEMAN, 1993, p. 39-40, apud SAFFIOTI, 2004, p.55).

O sistema patriarcal surge segundo a autora, socióloga e feminista Heleieth Saffioti a nove milênios e vem se estruturando junto ao movimento histórico de mudanças socioculturais, políticas e econômicas. Sabe-se que o patriarcado se trata de um sistema de domínio masculino que tem sua determinação em uma combinação de duas palavras gregas, trata-se de pater e arkhe e que significam pai e líder ou comando respectivamente. É possível verificar a etimologia da palavra a seguir:

É uma configuração dada pelo latim tardio em patriarchātus, construído sobre a base na palavra pátria, visível no latim patria, com referência a patris, no sentido de ancestral, e pater, para referir-se a pai, para apontar -como os romanos faziam- à "terra patria" compreendendo as raízes inerentes a cada pessoa e ao conjunto da sociedade, sobre o indo-europeu *pater-; acompanha o componente grego archi-, sobre archon, ilustrando-se por exemplo em arquétipo (visto no grego archétypon) ou arquiteto (declarado no grego architékton), em torno da figura do líder ou chefe que dirige uma tarefa, administração, governo ou construção de acordo com a situação; é completado com o sufixo -ado, que é expresso na forma latina -ātus, em função de dignidade e posição de poder. (VESCHI, 2020).

Posto isso podemos afirmar que a atual sociabilidade é calcada na subjugação feminina e que funciona através do privilégio de um gênero em detrimento de outro. Para a fixação e sucesso sistêmico do patriarcado houve a necessidade de que alguns mitos se transformassem ideologicamente no pensamento das massas.

Um desses grandes mitos é o determinismo biológico, que coloca as mulheres inferiorizadas, construindo papéis de gênero e lugares a serem ocupados na hierarquia social. Pode-se encontrar nos escritos de muitos pensadores ao longo da história reflexões que trazem o determinismo como parte integrante dos pensamentos, é possível encontrar em pensadores positivistas e evolucionistas, mas também é um movimento que está presente e traz alguns traços junto a marxistas.

Contudo, em contraponto a esses escritos teóricas feministas vem traçando e construindo textos e teorias que trazem a tona grandes erros que utilizam-se da descabida justificativa pautada no machismo e na misoginia que tenta naturalizar a divisão sexual do trabalho e as posições sociais impostas as mulheres, como a realização de tarefas domésticas, o pertencimento aos espaços privados – do lar - o cuidado com a família, a familiaridade biológica no cuidado dos filhos e a pré disposição para todas essas funções que na verdade fazem parte de um processo demarcado e imposto. Segundo Saffioti:

Não basta, entretanto, conhecer a capacidade humana de transformar o reino natural. É preciso atentar para o processo inverso, que consiste em naturalizar processos socioculturais. Quando se afirma que é natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, naturalizando um resultado da história. (SAFFIOTI, 1987, p. 11).

As mulheres sempre se questionaram sobre as origens biológicas e naturalizadas da composição hierárquica na sociedade que se faz dividida por gêneros, agir a partir da não aceitação do que foi dado historicamente pelos homens, pelos senhores, pelos reis e pela igreja católica, negando a compreensão que toda a vida é moldada por bases biológicas

naturais que solidas negam muitas das capacidades das mulheres e colocam outras como essenciais e naturais.

Na história e na sociologia humana a práxis é parte do vida, o pensar, o modificar o mundo e o que esta ao seu redor, a ação e a reflexão, o viver socialmente e precisar do outro, o plantar e colher, o navegar e entre tantas outras funções que a sociedade desenvolveu para se estabelecer como tal. Isso difere da convivência animal, do puro extinto, da sobrevivência com fim nela mesma. Sendo assim, colocar as ações das mulheres como puramente naturais se trata de um grande equívoco. Conhecer o próprio corpo e a natureza e assim ter a capacidade social de produzir, modificar e de trabalhar, revela o quão equivocado são as afirmações patriarcais e deterministas. A história das mulheres se deu através das lutas e cuidados, pela sobrevivência, mas não apenas, o poder de reprodução trouxe a elas a necessidade de gerir e cuidar, mas também de educar, amamentar e trazer a luz, esses fatos se dão com o compromisso social, com a sociabilização histórica, é necessário que não sejam colocados como apenas e fatalmente determinismo biológicos, pois se os fosse, os homens não teriam a capacidade de cuidar, alimentar e proteger. Saffioti analisa esta hipótese:

A hipótese mais convincente para justificar a divisão sexual do trabalho nas sociedades de caça e coleta parece ser a que se segue. Como não havia Nestlé, era obrigatório o aleitamento do bebê ao seio. Desta sorte, o trabalho feminino era realizado com a mulher carregando seu bebê amarrado ao peito ou às costas. Os bebês eram, assim, aleitados facilmente toda vez que sentissem fome. Como bebê não fala, sua maneira de expressar suas necessidades é o choro. Daí vem a sabedoria popular, inclusive em sentido figurado, dizendo: “quem não chora não mama”. Presuma-se que às mulheres fosse atribuída a tarefa da caça. O menor sussurro do bebê espantaria o animal destinado à morte e as caçadoras voltariam, invariavelmente, para seu grupo, sem nenhum alimento. Já as plantas, desde as raízes, passando pelas folhas e chegando aos frutos, permanecem imperturbáveis ouvindo o choro das crianças. (SAFFIOTI, 2004, p. 61).

Com isso não a diferença do poder estabelecido entre homens e mulheres e os seus antagonismos sociais, mesmo que essa diferença também fosse uma diferença de classes. As mulheres proletárias e as mulheres da burguesia sofrem com as consequenciais objetivas da subjugação. O ideário de propriedade privada no feudalismo que se estende ao período de acumulação primitiva e se faz presente atualmente, sempre colocou a mulher como extensão dos homens. A posse detida pelos homens sobre os corpos das mulheres assim como a posse deles sobre a terra, determinam o poder e reforçam o ideário burguês. Como analisado a seguir:

Embora aqui se interprete *gênero* também como um conjunto de normas modeladoras dos seres humanos em homens e em mulheres, normas estas expressas nas relações destas duas categorias sociais, ressalta-se a necessidade de ampliar este conceito para as relações homem-homem e mulher-mulher, como, aliás, já se mencionou. Obviamente, privilegia-se o primeiro tipo de

relação, posto que existe na realidade objetiva com a qual todo ser humano se depara ao nascer. (SAFFIOTI, 2004, p. 70).

No Brasil a dominação do homem sobre a mulher inicia-se com o processo colonizador, que aprisionou, violentou e sequestrou mulheres indígenas e que pertenciam as povos que já habitavam essa terra, em seguida mulheres negras de varias culturas e povos diferentes que foram trazidas para cá e escravizadas em navios negreiros. Essas mulheres foram violentadas, exploradas, escravizadas, tiveram suas famílias dizimadas, seus corpos reduzidos a não humanos pelos povos europeus – colonizadores, e os tornaram mercadoria, assim como a terra.

Com a chegada da sociedade capitalista e com a abolição do período escravocrata novos moldes foram se solidificando, contudo as bases do racismo e do patriarcado continuaram em vigor para a possibilitação da sustentação desse novo sistema. A nova era do capital chegou e desde então as mulheres e homens imigrantes, as pessoas que aqui já estavam e seus filhos descendentes de séculos de exploração se moldavam para o trabalho livre e assalariado.

Na atualidade não longe de tudo o que foi descrito a condenação das mulheres, seja ela por não cumprir com a hierarquia social, ou não realizar os trabalhos naturalizados como naturais, seja por ocupar espaços públicos, ou por seus atos não condizerem com a obrigatoriedade do que o patriarcado estabelece, ou seja, as mulheres trabalhadoras, mães, filhas, avôs, são condenadas apenas pelo fato de ser mulheres.

Ademais a divisão sexual e desigual do trabalho estabelece via de regra os lugares próprios de mulheres e homens, e realiza a distinção de gêneros desde o nascimento. Assim é próprio do capitalismo que se aproprie da força de trabalho destas e sem estabelecer limites de exploração, lucre sem medidas.

A metamorfose do capital se da no cotidiano das relações e também nas estruturas solidificadas, para que assim não se possa notar expressamente as drásticas consequência e impossibilite as novas possibilidades de caminhos a serem construídos em busca de uma nova sociabilidade, sendo ela igual e justa.

[...] representaria, na minha maneira de entender, a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política. [...] Grande parte da confusão surge porque 'patriarcado' ainda está por ser desvencilhado das interpretações patriarcais de seu significado. Até as discussões feministas tendem a permanecer dentro das fronteiras dos debates patriarcais sobre o patriarcado. É urgente que se faça uma história feminista do conceito de patriarcado.

Abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada. (PATEMAN, 1993, p. 39-40, apud SAFFIOTI, 2004, p.55).

É possível analisar os escritos já colocados por Saffioti e que trazem consigo a necessidade e a atualidade dessa discussão, para as mulheres, para as assistentes sociais e para a sociedade na sua totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de várias inquietações políticas e históricas o domínio do tema aqui proposto se faz urgente para a compreensão e o desvelamento do que esta hegemonicamente posto. É imprescindível que as profissionais, acadêmicas e graduandas tenham em seu arcabouço teórico conteúdos que desmistifiquem a pseudoconcreticidade das atitudes imediatistas e consigam olhar para totalidade do real. Assim a partir de bases materiais entender a relação intrínseca entre o sistema patriarcal, o feminismo e o serviço social crítico, este que parte de uma atuação materialista histórica e dialética.

Sabe-se que a luta das mulheres busca a efetivação de vários acontecimentos, mas busca também a autonomia financeira dentro do capitalismo, essa busca perpassa os enfrentamentos cotidianos de suas vidas, trata-se da sobrevivência e manutenção de sua vida e da vida de seus filhos, companheiros e companheiras. Questões essas que perpassam o imediato e é nesse momento que a profissional de serviço social atuará, nas dificuldades, na fome, na violência exercida pelo Estado e na exploração patriarcal.

A busca por autonomia financeira e a participação de espaços que até então estavam impenetráveis é de suma significância, contudo é imprescindível que a construção desses movimentos e diálogos perpassem os muros mercadológicos que se estabelecem dentro e para manutenção social e econômica do atual sistema. Romper com a lógica hegemônica na práxis cotidiana é fundamental para adentrar de forma educativa e popular na vida das mulheres e homens, assim encorajando e construindo novas pessoas conscientes e protagonistas. Podemos visualizar a baixo:

A resistência das mulheres nas ruas, e nos diferentes contextos, expressa força política organizada do movimento feminista e se insurge, também, contra as tentativas de apropriação ideológica que tentam reduzir o feminismo a uma atitude individual expressa sob a forma de mercadorias e contra os discursos liberais de empoderamento. Cada uma com seu feminismo não basta: é preciso, como em todos os momentos críticos da história, construir organização coletiva, acumular forças, semear nossos horizontes utópicos e traduzi-los em projetos emancipatórios. E nós, assistentes sociais, somos uma força necessária neste processo que se faz na luta, no cotidiano da formação e atuação profissional e como imperativo de afirmação de nosso projeto ético-político. (CFESS, 2020).

A divisão sexual do trabalho continua nos lares das famílias atingindo e transformando-se para ter êxito no cotidiano, atingindo de forma brutal a vida de todas, é um método desigual, que violenta e sobrecarrega a existência e o cotidiano, uma divisão de tarefas desiguais, conseqüente de ocupação de espaços desiguais e de salários desiguais, que tem suas raízes fincadas na divisão de gênero. Trazendo uma sobrecarga para as mulheres que impossibilita e cerceia, com isso explorar e lucrar, dividir funções é inibir escolhas, é retirar o direito de decisão.

O fazer do/da assistente social é no território, junto a população, é estar com mulheres, crianças, homens, idosos, articulando o debate político imediato e também desvelando o mundo para as inquietações que afligem a existência de todos e todas. É estar com as trabalhadoras dialogando sobre a exploração e o sucateamento, trazendo a tona o debate sobre o machismo, o racismo e as violências que permeiam as vidas, e contribuindo para o debate na área das políticas públicas e sociais, amenizando e construindo coletivamente em prol da diminuição da violência e opressão dentro dos lares. Como pautado pela categoria de profissionais e escrito a baixo pormos verificar:

As lutas feministas têm demonstrado que, mais do que nunca, as expressões da questão social sob a ofensiva de superexploração e expropriação do capital se dá de mãos dadas com a ascensão fundamentalista, conservadora e de características fascistas em todo o mundo, evidenciando que a reprodução deste sistema patriarcal capitalista e racista se faz pela estrutural supexploração do trabalho, do controle do corpo e da sexualidade, da violência e da permanente busca por criar barreiras à insurreição das mulheres e toda a classe trabalhadora contra as desigualdades históricas e cotidianas que marcam a vida e se aviltam na atual conjuntura. (CFESS, 2020).

O compromisso ético político enquanto mulheres que pensam a sociedade, mas também enquanto profissionais que atuam na questão social, em prol da justiça social e contra o autoritarismo, seja ele de qualquer natureza.

Ademais que as mulheres e homens possam tomar conhecimento histórico das origens da sua própria exploração e opressão para que juntos, se atuação profissional, e nas relações do cotidiano conseguiram desvelar e modificar o curso violento na qual a sociedade caminha.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo: Nova Fronteira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

BRAS, M.; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. [S.l.]: Conselho Federal de Serviço Social, 2009.

CAMURÇA, Sílvia; GOUVEIA, Taciana. **O que é gênero**. 4ed. Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, 2004.

CFESS. **Código de ética do/a Assistente Social. Lei 8662/93 de Regulamentação da Profissão**. Brasília-DF, 10.ed., Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CFESS. Análise: “É preciso não ter medo, é preciso ser maior”! **CFESS Manifesta**. Brasília-DF: Conselho Federal de Serviço Social, 22 out 2018.

CFESS. Universidade Federal do Alagoas. **Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o estudo do perfil profissional**. Maceió: Conselho Federal de Serviço Social, 2005.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CISNE, Mirla. **Serviço social: uma profissão de mulheres para mulheres?** :Uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**: Ferguson, Palestina e as bases para um movimento. (ed) BARAT Frank, São Paulo, Boitempo, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e classe**. São Paulo: Ed Boitempo, 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus: 3ª. Centauro Editora, São Paulo, 2006.

ENGELS, F. MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Expressão Popular, v. 4, 2008.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a Bruxa**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GOUGES, Olympe. **Declaração dos direitos da mulher cidadã**. França,1791.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Tradução de Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo. 9.ed., Cortez, 2017.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de Despejo**: Diário de uma Favelada. 1ª Ed, São Paulo: Francisco Alves, 1960.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. Tradução de Roberto Goldkorn. São Paulo: Global Editora, 1978.

LOBO, Elisabeth Souza. **A Classe trabalhadora tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Brasiliense, 1991.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital & Preço, Salário e Lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das letras, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Prefácio de Antônio Cândido de Mello & Souza. Petrópolis, Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Violência doméstica ou a lógica do galinheiro**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

VESCHI, Benjamin. **Etimologia de patriarcado**. Blog Etimologia Origem do conceito. Ano 2020. Disponível em : <https://etimologia.com.br/patriarcado/> . Acessado em 30 abril de 2022.